

Publique - se Inclua - se em
pauta por CINCO sessões
23 / 03 / 92
CARLOS FERRELL - RUI - President

PROJETO DE LEI Nº 191, DE 1992

PROTOCOLO
REGISTRO GERAL LEGISL.
1748 de 24/03/1992
Autuado c/08 f. has
Ass. *Arari*

PROIBE RODEIOS, VAQUEJADAS E ESPE
TÁCULOS AFINS EM TODO O ESTADO DE
SÃO PAULO.

PLS. N.º 01
PROC. 1748/92
da

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO decreta:

Artigo 1º - Ficam proibidos os ro
deios, vaquejadas e espetáculos afins em todo o âmbito do Estado
de São Paulo.

Artigo 2º - O Poder Executivo re
gulamentará o disposto nesta Lei no prazo de 90 (noventa) dias ,
contados de sua publicação, e estabelecerá o procedimento adminis
trativo, o valor de multas e outras sanções e os agentes públi -
cos para sua aplicação.

Artigo 3º - Esta lei entrará em
vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em
contrário.

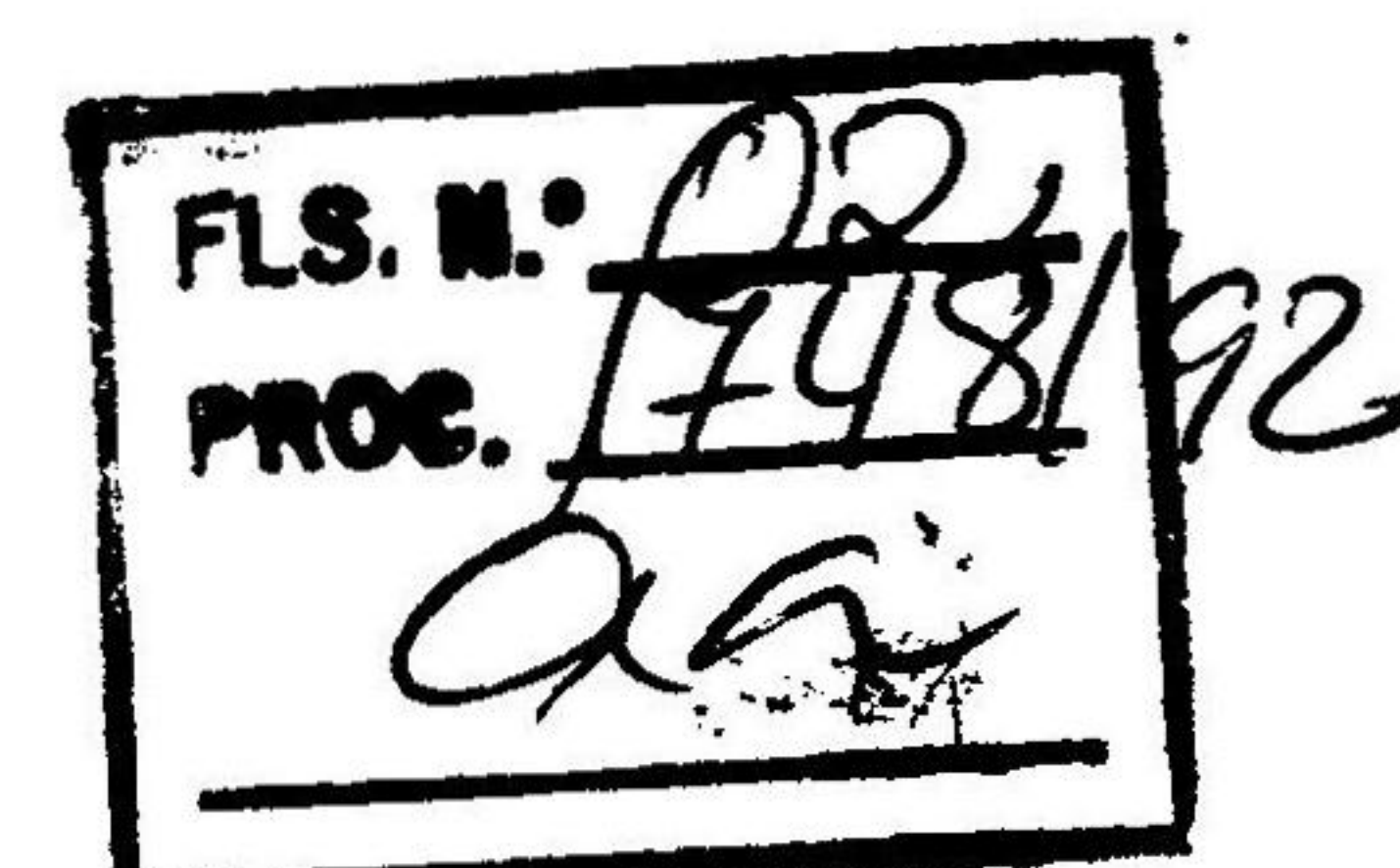
J U S T I F I C A T I V A

Nós, que recentemente apresenta -
mos nesta Casa de Leis uma propositura criando o Código Estadual
de Proteção aos Animais, não poderíamos permanecer omissos a uma
triste realidade que, infelizmente, vem tomando conta de nossas
cidades, sob os olhares complacentes das autoridades: a prática
do rodeio e vaquejadas.

-segue-

ENTREGUE À MESA EM:

20 MAR 1992 03714



fls. 2

Ao observarmos práticas como essas, dá-nos a impressão que o ser humano está voltando às primitivas eras, à pré-história, ou seja, está voltando à barbárie.

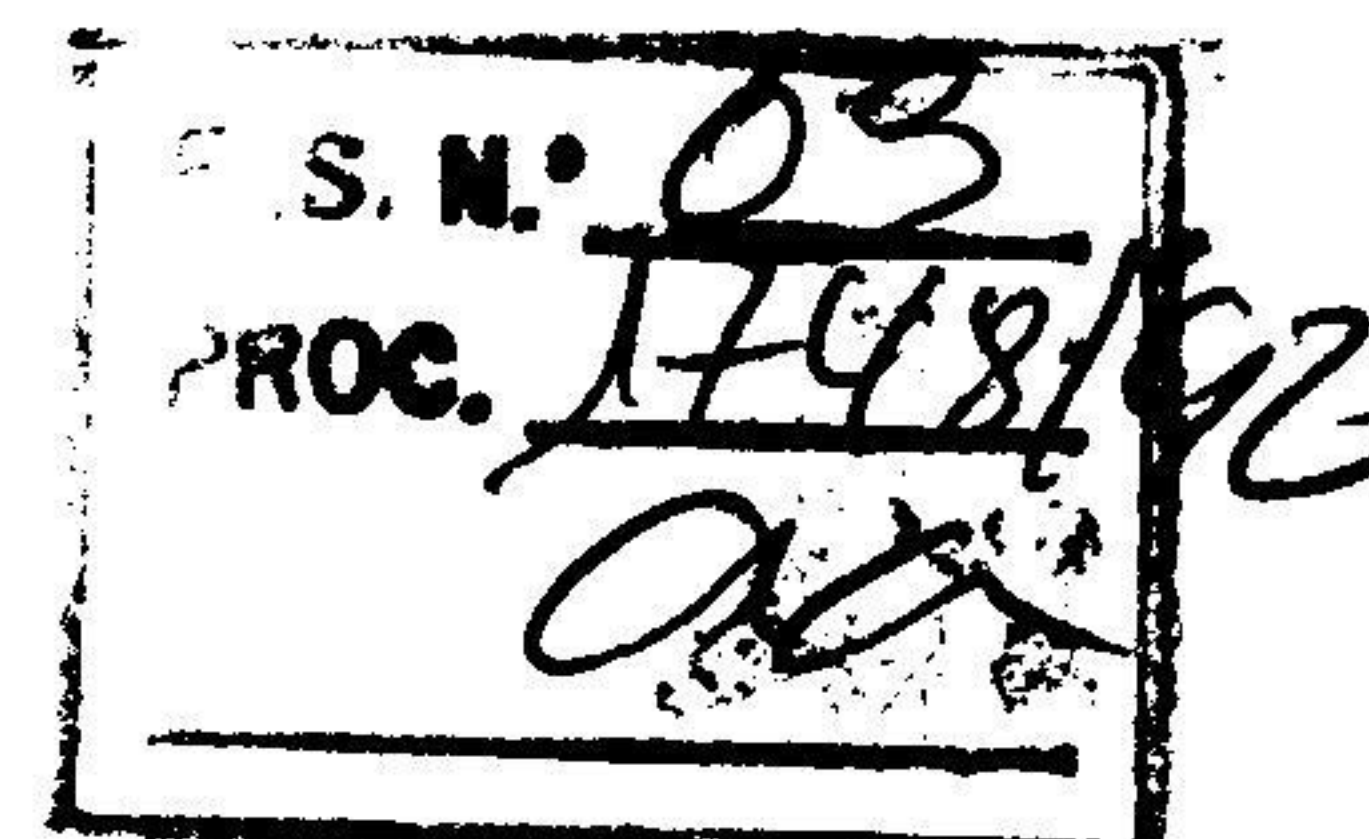
Por mais que os insensatos organizadores desses espetáculos cruéis afirmem que os animais não são comprometidos em sua integridade, é sabido que, na maioria das vezes, touros, vacas e equinos têm suas patas quebradas durante a chamada "diversão" e, em consequência são sacrificados.

Mas o sofrimento dos animais não fica só nisto. A tortura cruel começa antes mesmo do "espetáculo". Encurralados, são estimulados por todos os meios para se enfurecerem. Os testículos são envolvidos por um laço apertado que, à medida que o animal salta - e salta em razão desse insidioso estímulo - o laço vai apertando ainda mais aqueles órgãos.

Irritados por esses dolorosos métodos, são soltos numa arena onde os peões e a platéia, tomados por um estado de loucura, como alienados mentais, chegam ao êxtase ao verem o indefeso animal tombado. É a estúpida vitória do racional contra o inocente irracional, mas, nesse instante irracional parece-nos, data vênica, o homem.

Felizmente, algumas entidades ambientalistas, já começam a tomar medidas contra esses espetáculos que lembra a era ante-cristã e, segundo o jornal Folha de S. Paulo, de 10 de março último, na pág. 5-6 do caderno Agrofolha, três municípios da Grande São Paulo já acabaram com tais barbari

-segue-



fls. 3

dades: São Bernardo do Campo, Diadema e Santo André. Nestas cidades já não se pode promover, patrocinar e exhibir "espetáculo" do gênero.

A nossa proposta, acompanhando o que já foi feito nas cidades acima citadas, visa terminar, definitivamente, em nosso Estado, com tais "espetáculos" que ofendem - não aos irracionais - mas, principalmente, o ser racional: homem.

O constituinte de 1988 fez inserir na Magna Carta, em seu artigo 225, § 1º, inciso VII, que o Poder Público deve dar proteção aos animais e impedir que sejam eles submetidos à crueldade.

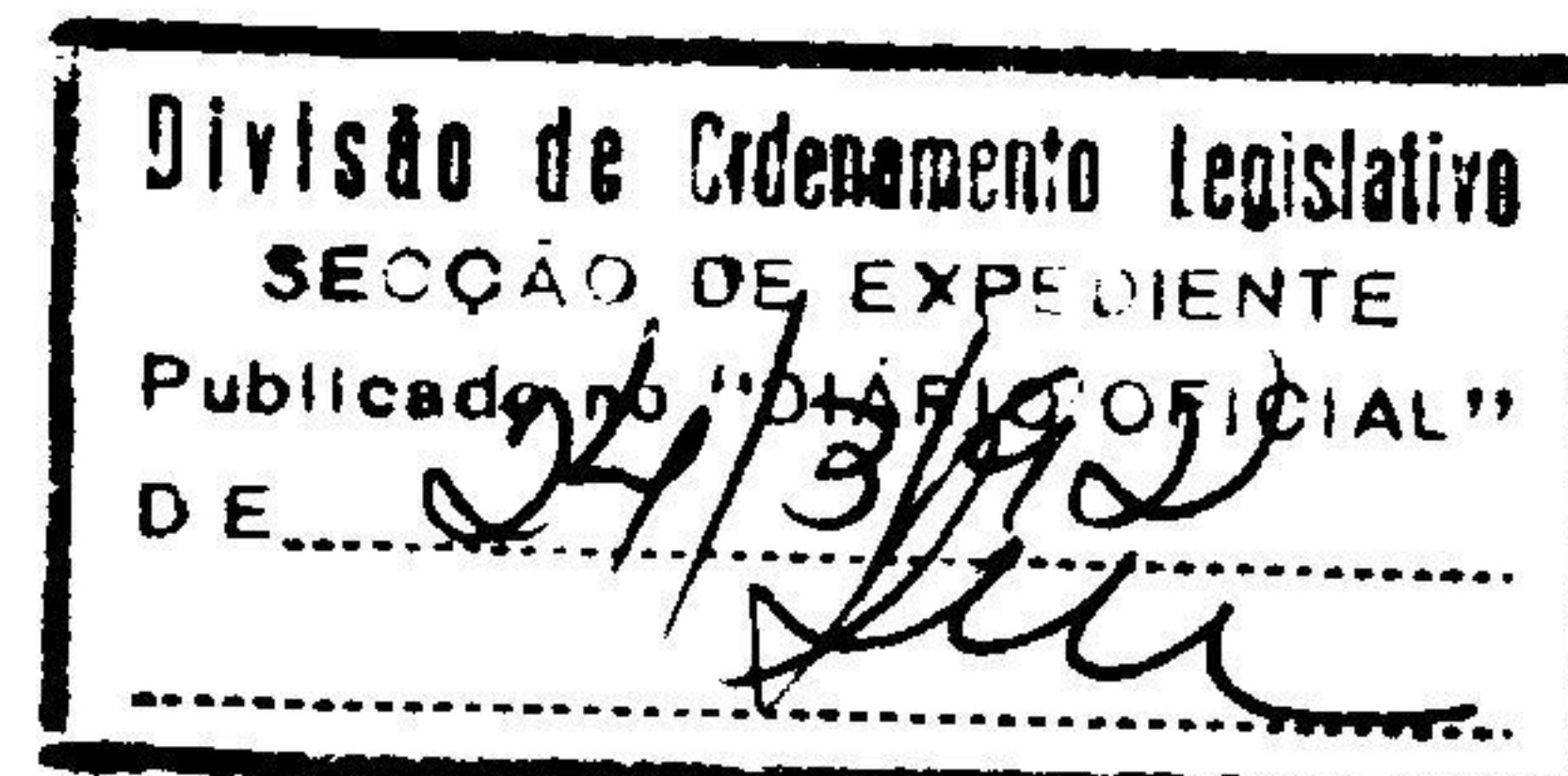
Assim, solicitamos o apoio de nossos nobres pares, no sentido de proibirmos, definitivamente, no Estado mais progressista da nação, prática tão odiosa, ultrapassada e cruelíssima com os indefesos e inocentes animais.

Sala das Sessões, em 20.3.92

Afanasio

Divisão de Ordenamento Legislativo
Esta proposição contém
1 anexo
SDO, 2313/92
Chefe de Seção

Deputado AFANASIO JAZADJI



Nos termos do Item 3, parágrafo único do artigo 152, da VI Consolidação do Regimento Interno, a presente proposição esteve em pauta das 66.ª a 74.ª Sessões Ordinárias, correspondentes aos dias 25. a 31.3.92, não tendo recebido emendas e substitutivos.

D.O.L. 1.º de abril de 1992.
LB

As Comissões de:
I) Constituição e Justiça;
II) Defesa do Meio Ambiente
-
-
-
21/abril/1992
CARLOS APOLINÁRIO Presidente

EXPEDIENTE DAS COMISSOES
ENTRADA
EM 3/4/92

COMISSAO DE CONSTITUICAO E JUSTICA
ENTRADA
EM 03/04/92
LB

COMISSAO DE CONSTITUICAO E JUSTICA
DISTRIBUICAO
ao Senhor Rep. Vicente Botelho
com prazo para devolucao dentro de 10 dias
09/04/92
Presidente

A MESA
Quinta de PL 191/92
 14, abril 92
 [Signature]

EXMO. SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE S. PAULO

CAPITAL

Folha N.º 05
 Proc. N.º RG 1748/92
 PROTO

977 CUN
 13 MAR 1992

AFANASIO JAZADJI, deputado com as-
 sento nesta Casa de Leis, da Bancada do PFL, vem pela presente ,
 mui respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer a juntada
 dos documentos anexos, ao Projeto de Lei nº 191 de 1992, de mi-
 nha autoria, para melhor esclarecimento do objetivo, da necessi-
 dade e da justeza da propositura.

Nestes termos

P. DEFERIMENTO

São Paulo, 13 de abril de 1992

ALESP - DA - DC
 PROTOCOLO

27 ABR 15 59 002673

FIS. Nº 18 ASS. [Signature]

[Signature]
 AFANASIO JAZADJI -

Divisão de Ordenamento Legislativo
 SEÇÃO DE EXPEDIENTE
 Publicação no "DIÁRIO OFICIAL"
 DE 15/4/92

Divisão de Ordenamento Legislativo
 Esta proposta contém
 1 anexo
 em 14 / 4 / 1992
 [Signature]

SANTO ANDRÉ
Directoria Cidade
Prefeitura Municipal de Santo André

Ato do Executivo

**LEI N.º 6.879,
DE 20 DE FEVEREIRO DE 1992**

A Câmara Municipal de Santo André decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - São expressamente proibidas, no município de Santo André, a instalação e a realização de rodeios, simulacros de touradas e espetáculos afins.

Parágrafo único - A proibição não atinge outras atividades que envolvam animais, como exposições, provas hípcas, procissões religiosas, desfiles cívicos e militares.

Artigo 2.º - O Executivo, dentro de 60 (sessenta) dias, baixará decreto regulamentando a presente lei.

Artigo 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santo André, em 20 de fevereiro de 1992.

**ENG.º CELSO DANIEL
PREFEITO MUNICIPAL
EDUARDO SANTOS AMARAL MELLO
SECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS
-em substituição-**

Registrada e datilografada no Gabinete do Prefeito na mesma data e publicada

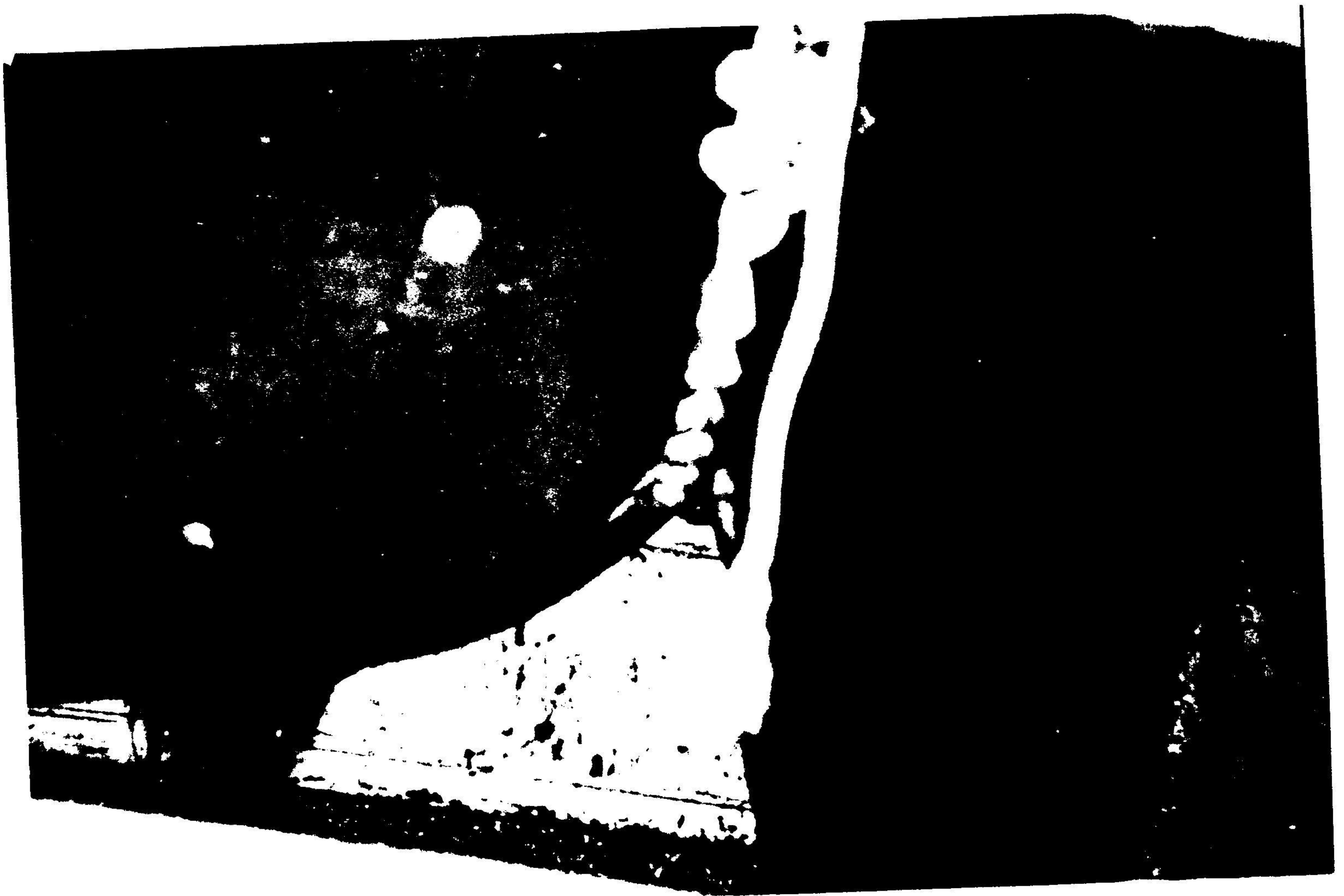
**IVONE DE SANTANA
CHEFE DE GABINETE**



CP
1-48-50
20



14874

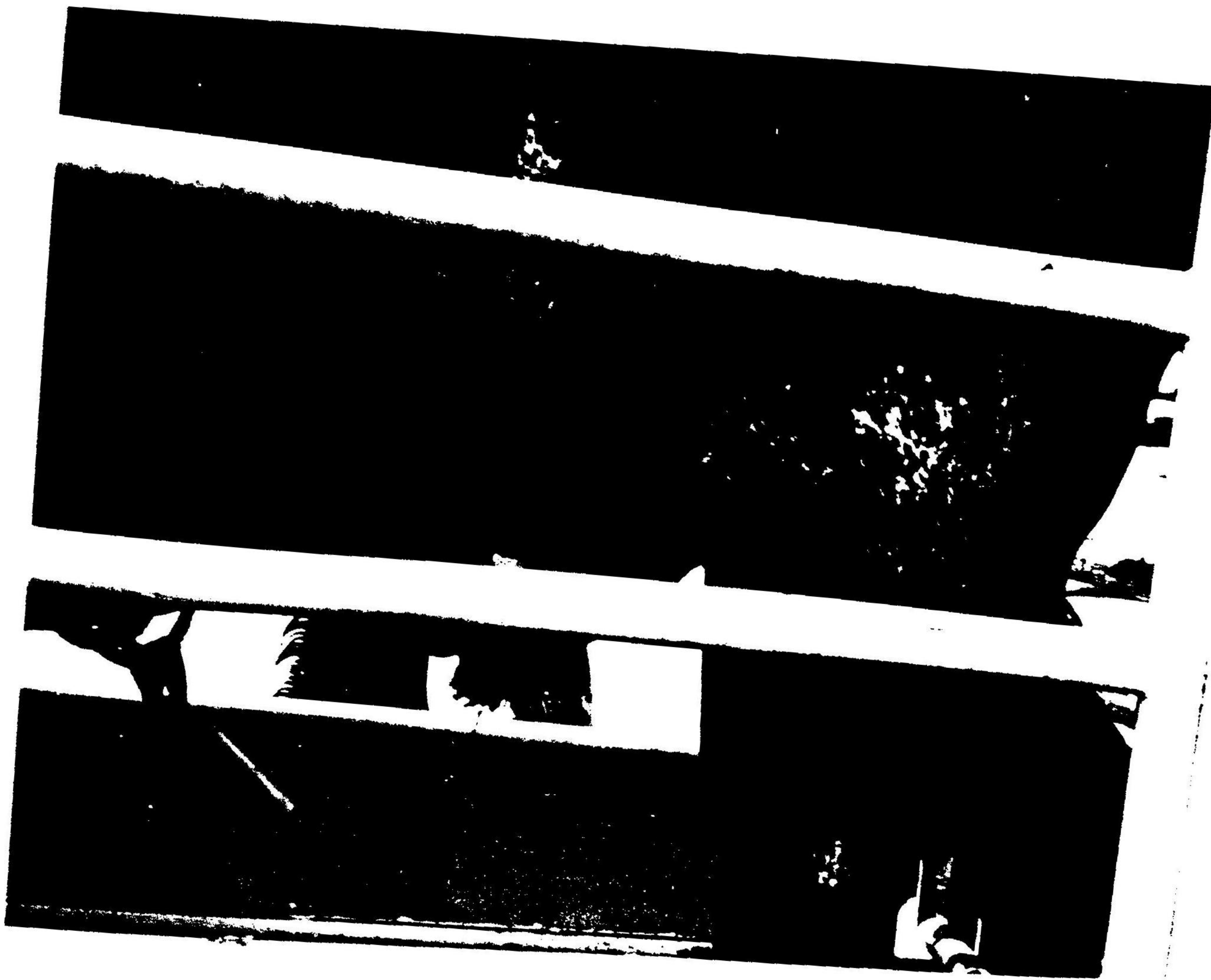


Folha N.º 08
Proc N.º RG 1748/92
C
PROTÓJULIO





Folha
Fic
.....
MAR 79 0315



.....

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

Folha N.º 09
Proc. N.º RG 1748/92
0
PROTOCOLO

proc. 14/91
4ª Vara Cível
Comarca de Santo André

1. Vistos estes autos de Mandado de Segurança impetrado por PMA- PUBLICIDADE PROMOÇÕES LTDA contra o Sr. Prefeito de Santo André.

Alega a impetrante, em apertada síntese, que o impetrado indeferiu a expedição de alvará para realização do denominado "I Rodeio de Campeões" nesta comarca de Santo André, no período de 11/01/91 até 03 de fevereiro do mesmo ano, em atitude arbitrária, caracterizando-se "constrangimento ilegal" - (fls. 05, nº 8). Segundo o impetrante em 1988 e em 1990 já ocorreram rodeios nesta comarca de Santo André, sem qualquer restrição de parte da Municipalidade, sendo certo que a prática do denominado "Rodeio" é "coisa do Brasil" (fls. 02, nº 3) atividade cultural dentro de nossa sociedade e objeto de uma telenovela atualmente transmitida pela rede Manchete, bem como que já foram realizadas diversos gastos para realização do evento. Assim o indeferimento do alvará para realização do "Rodeio", com amparo no art. 198 da Lei orgânica de Santo André, é ato arbitrário da administração, que deve ser reparado no presente "Mandamus". Com a inicial vieram os documentos de fls. 8/34.

O impetrante ainda emendou a inicial para incluir no polo passivo da demanda também o Sr. Diretor do Departamento de Tributos (fls. 36), bem como que o "juris" tem por fundamento o art. 170 da Constituição Federal, tecendo ainda novos comentários quanto a inexistência de prática de crueldades contra os animais durante "um Rodeio" (fls. 36/41), juntando os documentos de fls. 42/98, dentre eles cópia do procedimento administrativo, onde foi indeferido o alvará para realização do evento.

É o relatório.

Fundamento e Decisão.

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

Folha N.º 10

Proc. N.º RG 1748192

PROTOCOLADO

proc. 14/91

4ª Vara Cível

Comarca de Santo André

2. Determina o art. 3º, inciso XVIII da Lei orgânica do Município de Santo André (cf. fls.18 que compete ao Município "conceder e renovar licença para localização e funcionamento estabelecimento industriais, comerciais, prestadores de serviços e quaisquer outros"

Assim, compete ao Poder Público regulamentar atividade nos limites do Município, dentre elas aquelas que o impetrante pretende realizar em Santo André.

O art. 225, § 1º, inciso VII, da Constituição Federal, assim como art. 193, inciso X da Constituição Estadual determinam que o Poder Público tem o dever de vedar as práticas que submetem os animais à crueldade. Complementando este dispositivo é que o art. 198, inc.V da Lei Org. do Município de Santo André (fl.18) conferiu ao Poder Público, através de seus órgãos, proteger a fauna e a flora, vedando práticas que submetam os animais à crueldade. Portanto, em resumo, segundo toda a legislação aplicável na espécie, compete ao Poder Público vedar atividades que submetam os animais à crueldade.

No caso em tela, pela cópia do proc. administrativo onde o impetrante buscava autorização para realização do "rodeio" (fls. 42/71", verifica-se que entidades de proteção ambiental, da fauna e da flora, com reconhecimento internacional até anexaram diversos pareceres afirmando que durante a prática de "rodeios" os animais são submetidos à crueldade (fls.47/63). Em vista disso, a municipalidade cancelou autorização para divulgação de publicidade do "rodeio" (fls. 43 e 64) indeferindo por fim o alvará para funcionamento e realização daquele evento (fls.68).

3. Constatata-se, assim, que o Poder Público agiu dentro de todos os textos legais aplicáveis na espécie. Cabe ao impetrante demonstrar a ilegalidade do ato atacado e existência de direito líquido e certo em seu favor.



PODER JUDICIÁRIO

SÃO PAULO

Folha N.º 11
Proc. N.º RG 1748192

PROTOCOLADO

proc. 14/91

fl. 03

4ª Vara Cível

Comarca de Santo André

Discorrendo acerca da matéria, lembra ELY LOPES MEIRELLES, in "Mandado de Segurança", RT, 13ª ed., atualizada pela CF/88, pág. 14 que: "...direito líquido e certo é direito comprovado de plano. Se depender de comprovação posterior não é líquido nem certo, para fins de segurança..." Prossegue ainda o festejado mestre (ob.cit., págs.14/15) que "...não há instrução probatória no mandado de segurança...O que se exige é prova pré- constituída das situações e fatos que embasam o direito invocado pelo impetrante..."

Portanto, tendo a autoridade o dever de coibir a prática de crueldade contra os animais (CF, Const. Estadual e Lei Org. do Município) e existindo no processo administrativo de obtenção de alvará para realização do "rodeio" manifestações técnicas de entidades ambientalistas no sentido de que a atividade de que o impetrante pretende executar, ou seja, o "rodeio", acarreta a crueldade contra os animais (fls. 47/63), cumpria ao impetrante demonstrar nestes autos a incoerência daquelas "crueldades".

O presente "mandamus" deveria vir instruído com elementos probatórios que desconstituíssam os pareceres técnicos que instruíram processo administrativo (fls. 47/63), no sentido de que a prática de "rodeio" não implica em crueldade contra os animais. Todavia, esta prova não foi realizada pelo impetrante, que ainda teve tempo de editar seu "writ" (fla. 38/98). A existência daqueles elementos probatórios já na impetração era indispensável face a natureza da ação de mandado de segurança como já anteriormente explicitado reportando-se ao magistério de ELY LOPES MEIRELLES. Aliás, entende a jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo que incoerre "direito líquido e certo" quando a questão está condicionada à dilação probatória, havendo carência do "mandamus" (RTJESP-Lex 110/383; RT 620/40).



PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

Folha N.º 12
Proc. N.º RG 1748192
9
PROTÓCOLO

fl. 04

proc. 14/91

4ª Vara Cível

Comarca de Santo André

4. Não se alegue, ainda, que o ato dos requeridos fundamentou-se em dispositivo que não se aplicava à espécie, ou seja, o art. 173, inc.I, do Cód.Tributário Municipal (fl.64), uma vez que o próprio impetrante em sua inicial assevera que o alvará foi indeferido por infringência ao art. 198, inc.V, da Lei Orgânica do Município, e os elementos constantes no processo administrativo também levam a este entendimento (fls.42/71), tendo ocorrido eventual equívoco quanto à fundamentação da impugnação, o que, todavia, não interfere na solução deste "mandamus" tendo em vista o disposto no art. 126 do CPC, face o constante nos arts. 229, § 1º, item 7 da CF, 193, inc.X, da Constituição Estadual e 198, inc.V, da Lei Orgânica do Município de Santo André.

5. Assim, tendo em vista os elementos constantes dos autos, não há como atender a pretensão do impetrante.

6. Pelo exposto, JULGO EXTINTO o feito com amparo no art. 8º da Lei 1533/51. Custas pela impetrante, sendo indevida verba honorária nos termos da Súmula 512 do STF.

P. R. I.

Santo André, 11 de janeiro de 1.991.

DACORBERTO SALLES CUNHA CAMARGO JUNIOR

Juiz de Direito



Universidade de São Paulo

13
1748/92
E

91.1.164.10.3 CX :

INTERES : SONTA PERALLI FUNDECA

ABERTURA: 23ABR91-09:36 SETOR : FMVZ
TITULO : F7.12691/FMVZ

ASSUNTO : PARECER TECNICO SOBRE O USO DE SEDEM NOS
ROBETOS

Caixa 01

Data 16-05-91

Proc 91.1.164.10.3

1. 11. 11. 00

Centro de Conservação das Folhas
SRF - 21/04/1991

São Paulo, 20 de fevereiro de 1991

Folha N.º 14
Proc. N.º RG 1748/91
PROTOCOLO

Magnífico Reitor
Prof. Dr. Roberto Leal Lobo e Silva Filho
Reitoria da Universidade de São Paulo
São Paulo, Capital

REF.: PARECER TÉCNICO SOBRE O USO DE SEDEM NOS RODEIOS E O TIPO DE ESTÍ-
MULO PROVOCADO POR ESSE INSTRUMENTO NOS ANIMAIS.

Sr. Reitor,

As entidades ambientalistas abaixo relacionadas vêm, por meio desta, so-
licitar de V.S. promover a tramitação necessária no sentido de que os
profissionais de competência da USP emitam parecer técnico sobre o uso
de sedem nas atividades de rodeios, respondendo às perguntas:

- 1)- O USO DE SEDEM CAUSA TORMENTO AO ANIMAL ?
- 2)- QUAL A NATUREZA DO ESTÍMULO QUE O SEDEM PROVOCA?

Tomamos aqui a liberdade de enviar fotos tiradas no rodeio do "São Paulo
Festival Country", realizado em janeiro último, no Ginásio do Ibirapuera,
com o intuito de que a sua observação possa auxiliar os referidos profis-
sionais a formarem opinião a respeito.

Certas de poderem contar com os bons serviços da USP, as entidades agra-
decem e enviam cordiais saudações.

Sônia Peralli Fonseca

(Sônia Peralli Fonseca)

Sônia Peralli Fonseca
RG 2 100 823
R. Domingos Fernandes, 685
V. Nova Conceição, CEP 04509 - São Paulo, CAPITAL

- UIPA- União Internacional Protetora dos Animais
- TUCUXI- Grupo de Proteção ao Boto
- UDB- União em Defesa das Baleias
- SEIVA- Grupo Seiva de Ecologia
- LPCA- Liga de Prevenção à Crueldade Contra o Animal
- MDV- Movimento em Defesa da Vida do Grande ABC
- APASFA- Associação Protetora de Animais São Francisco de Assis
- SATS- Serviço Aero-Terrestre de Salvamento e Proteção Ecológica
- SOZED- Sociedade Zoófila Educativa do Rio de Janeiro
- CAAETÊ- Grupo Ecológico de Santo André
- ASSOCIAÇÃO SOS BICHOS
- AAA- Associação de Amparo aos Animais



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE MEDICINA VETERINARIA E ZOOTECNIA
CIDADE UNIVERSITARIA - ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA - TEL.: 211-3074

São Paulo, 29 de abril de 1991

Of. E. nº 355/FMVZ/290491
PM/rcg

Folha N.º 15
Proc. N.º RG 1748/92
PROTOCOLADO

À Senhora
SÔNIA PERALLI FONSECA

De ordem do Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo e atendimento à consulta formulada por Vossa Senhoria, por meio da sua missiva de 20 de fevereiro de 1991, apresentamos-lhe as seguintes respostas recomendadas pelo Conselho Técnico Administrativo desta Faculdade.

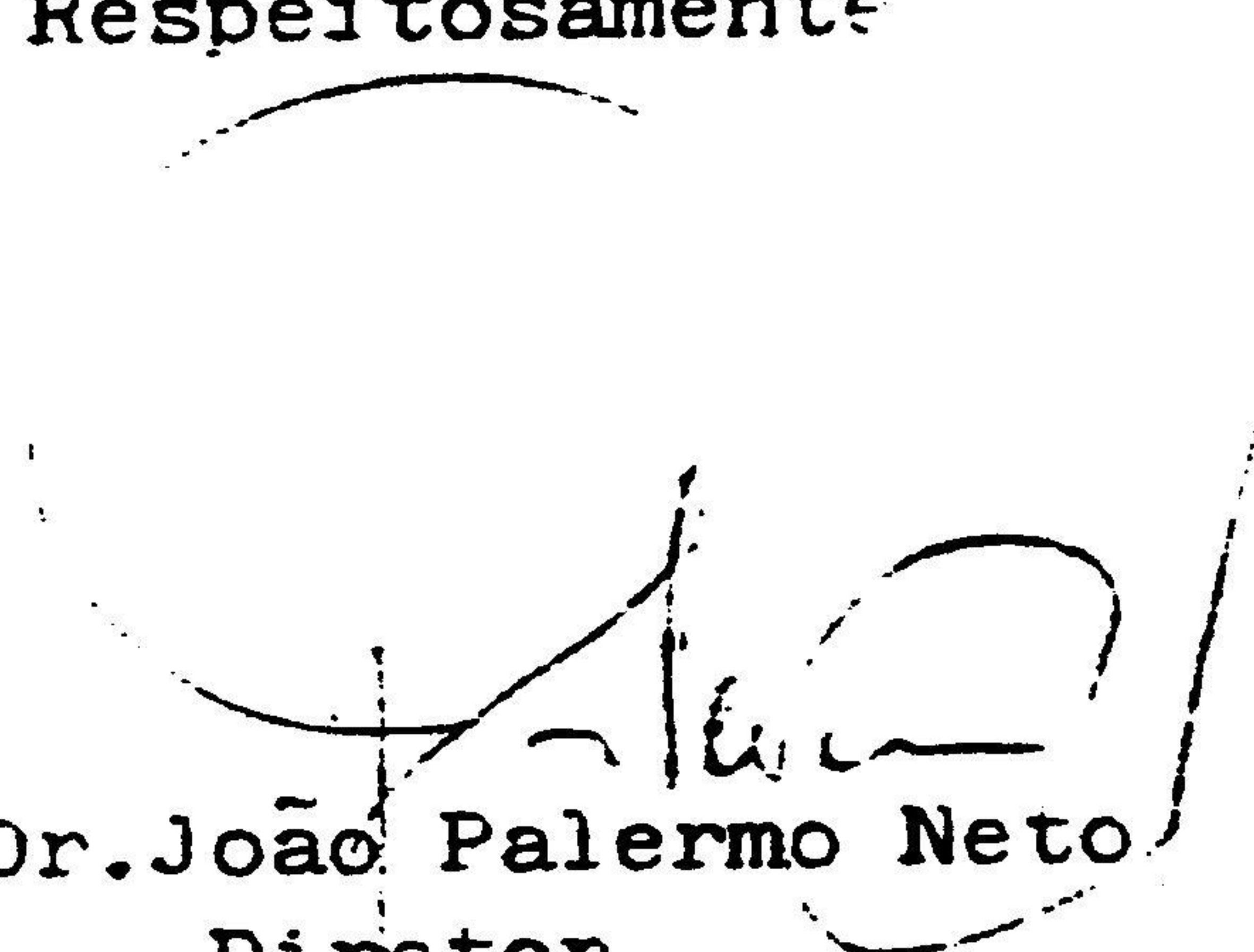
1º) O uso do sedem causa tormento ao animal?

R. Sim

2º) Qual a natureza do estímulo que o sedem provoca?

R. Provoca estímulo doloroso.

Respeitosamente


Prof. Dr. João Palermo Neto
Diretor

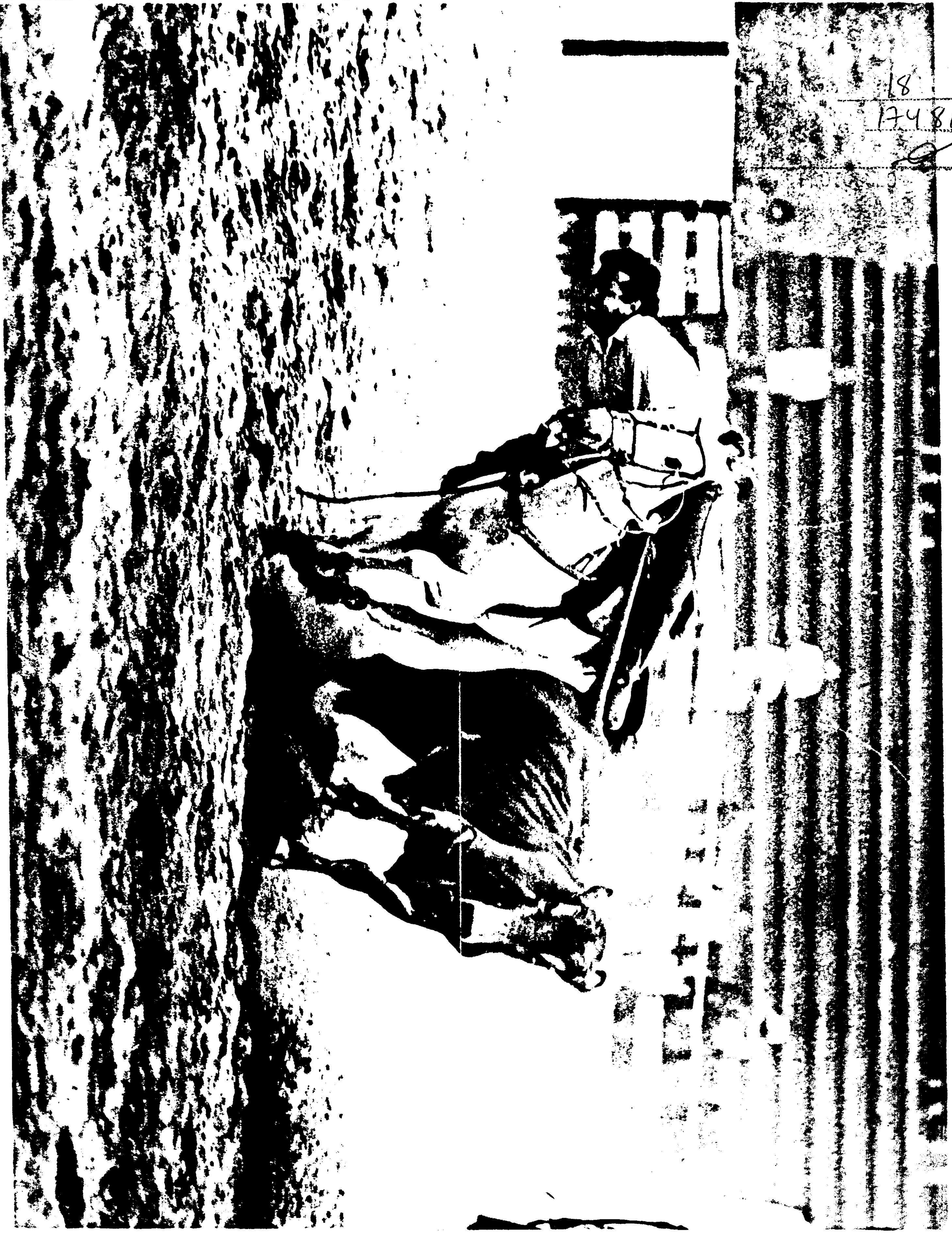
PROTÓCOLO



Folha N.º 17
Proc. Nº 1748/92
PROSSULO



18
A4892



Condenada a vaquejada

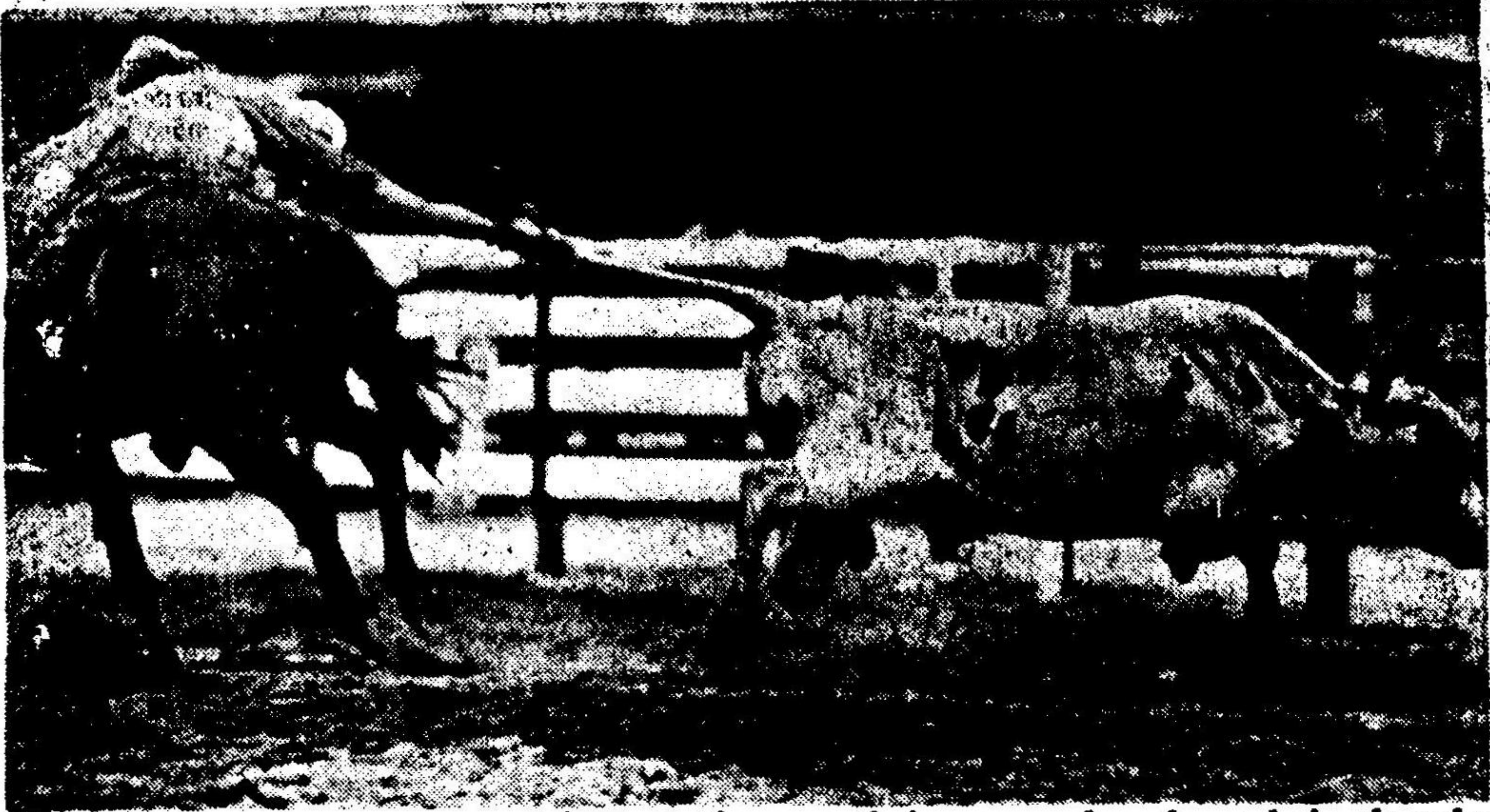


O vaqueiro tem de derrubar o boi puxando pelo rabo

Ecologistas ligados a 14 entidades ambientalistas atrapalharam ontem a festa dos vaqueiros reunidos para a Primeira Vaquejada de São Paulo, no Parque da Água Funda. Revoltados, os ecologistas tentaram impedir o evento sob a alega-

ção de que os animais são maltratados durante competição. A briga entre vaqueiros e os militantes ambientalistas terminou em tumulto. As entidades registraram queixa de agressões físicas e morais no 97º DP. PÁGINA 18

Fotos: Paulo Pinto



O momento mais tenso: um esteira se estica ao máximo para derrubar o boi pelo rabo. As vezes o boi ganha o duelo e acaba conseguindo que o esteira caia do cavalo

Ecologistas estragam a farra dos vaqueiros

Forma N.º 1748192
Proc. N.º

LEDA ROSA

Primeira Vaquejada de São Paulo se transformou num verdadeiro caso de Polícia ontem no Parque da Água Brava, quando 14 entidades ligadas à proteção dos animais decidiram interromper o evento. O público, que pagou Cr\$ 2 mil pelo ingresso, teve de esperar mais de quatro horas para assistir às primeiras provas. O plantão do 97º DP (no bairro de Americanópolis) registrou queixas de maus-tratos contra os animais, agressões físicas e verbais. A Vaquejada corre o risco de ser cancelada.

Amparados na lei, que proíbe qualquer festa onde haja crueldade com animais, os ecologistas procuraram o delegado Nilton José Falcão para tentar conseguir um acompanhamento oficial na vistoria veterinária que estava marcada para amanhã. "Leis não são para serem discutidas, mas sim para serem executadas. A vadejada é um ritual violento

que machuca o boi gravemente", afirmou a bióloga Sônia Fonseca, integrante da União Internacional Protetora dos Animais (Uipa).

Inconformados com o cancelamento do exame feito por uma veterinária de plantão da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, os ambientalistas, acompanhados de dois soldados da Polícia Militar, tentaram realizar o exame mas não conseguiram. Depois de algumas conversações entre os organizadores, decidiram esperar pela primeira prova.

Segundo o organizador do evento, empresário César Pinheiro, a vaquejada é um fenômeno cultural do Nordeste sem nenhum traço de violência com os animais. Mas, às 15h30, no meio da primeira prova, um dos bois teve uma pata quebrada. O fato fez com que os ambientalistas tentassem se aproximar do animal, mas foram ostensivamente barrados pelos vaqueiros,

montados em cavalos.

Em consequência do conflito entre vaqueiros e ecologistas, o número de soldados dobrou e a tensão aumentou porque os organizadores só liberariam os animais para vistoria após o término de todas as provas, marcado para as 23 horas.

Depois do confronto com os vaqueiros, os ambientalistas foram até o 97º DP (Americanópolis) para registrar queixa de agressões físicas e verbais, além dos maus tratos comprovados aos animais. Na delegacia, a advogada da Uipa, Ely Waisberg, explicou ao delegado de plantão, Newton José Falcão, que o objetivo de todos os grupos envolvidos, é a imediata paralisação da vaquejada. "Infelizmente dois bois tiveram de ter as patas quebradas para que alguma coisa fosse feita", disse Ely. A Primeira Vaquejada de São Paulo começou sexta-feira à noite e vai até hoje, caso as autoridades policiais não cancelem o evento.

Prática comum no Nordeste

Para os vaqueiros que participavam da vaquejada, as acusações dos ecologistas são absurdas. "As pessoas aqui do Sul confundem vaquejada com rodeio. É totalmente diferente. Não maltratamos os bois", garante José Eudes da Silva, 19 anos, vaqueiro cearense que mora em São Paulo há quatro anos. "O boi quando começa a participar de vaquejadas cria mais peso. É como se fosse um exercício para eles", defende o vaqueiro Joãozinho.

Prática comum em todo o Nordeste, a vaquejada foi criada no começo do século para separar e resgatar bois que se perdiam na caatinga. "No Sul eles podem usar o laço porque é um campo limpo, mas no meio da vegetação nordestina o boi precisa ser pego pela mão", explica Joaquim Dutra, um dos organizadores do evento.

As provas são realizadas em pistas de 150 metros de areia, fofa por duplas a cavalo. Os competidores — sempre um vaqueiro e um esteira — posicionam-se à espera do boi. Quando o animal é solto, a dupla o segue correndo e o esteira pega sua cauda. No meio da pista há uma faixa de 10 metros onde o animal deve ser derrubado com um puxão no rabo. Se o boi cair com as quatro patas para cima, dentro da área delimitada, o vaqueiro e o esteira marcam ponto.

Segundo os organizadores, o evento custou 350 mil dólares (aproximadamente Cr\$ 227 milhões) e seu objetivo principal é preservar e divulgar a tradição cultural nordestina. Estão inscritos 150...



O boi quebra a pata e começa a confusão entre vaqueiros e ecologistas



Ferido, o animal cai na pista de areia e depois é tirado do local



O boi é colocado na caminhonete para evitar a vistoria



Os vaqueiros



Os vaqueiros garantem que não maltratam os animais



Os ecologistas Márcio e Dorival falam com o Pm



JUNTA

Segue juntada Bureau de
Relato (C.C.7)
com 1 a partir
de 22
S. C. 15/6/92
PRJ
SECRETÁRIO DE COMISSÃO

cercam o
animal ferido
para que
ninguém v

Falcao
concorrem a dois automóveis,
duas motos e C\$ 10 milhões.